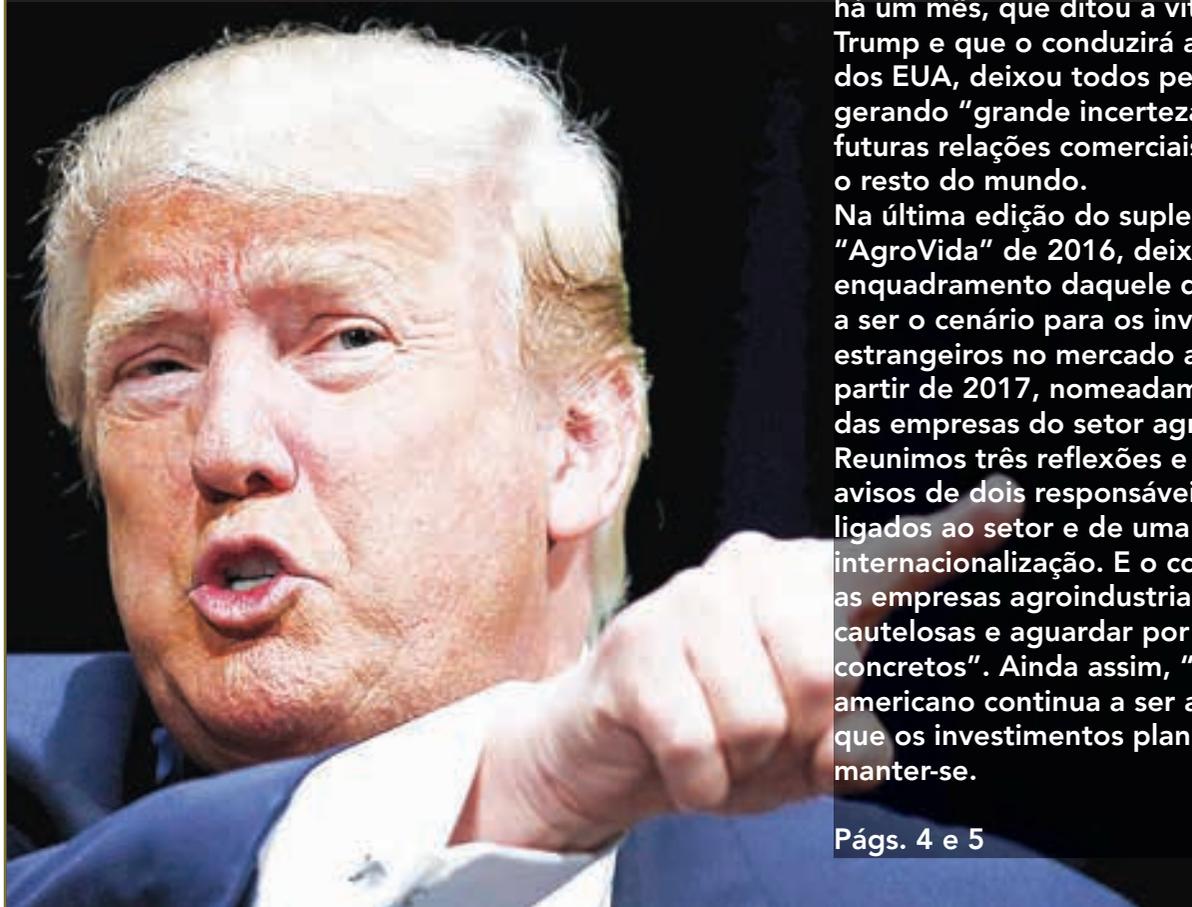


## Empresas do agroalimentar devem ser cautelosas mas manter investimentos nos EUA

O resultado das eleições americanas de há um mês, que ditou a vitória de Donald Trump e que o conduzirá a 45º presidente dos EUA, deixou todos perplexos, gerando "grande incerteza" quanto às futuras relações comerciais dos EUA com o resto do mundo.

Na última edição do suplemento "AgroVida" de 2016, deixamos-lhe o enquadramento daquele que pode vir a ser o cenário para os investimentos estrangeiros no mercado americano a partir de 2017, nomeadamente por parte das empresas do setor agroalimentar. Reunimos três reflexões e outros tantos avisos de dois responsáveis diretamente ligados ao setor e de uma especialista em internacionalização. E o consenso impera: as empresas agroindustriais devem ser cautelosas e aguardar por "sinais mais concretos". Ainda assim, "o mercado americano continua a ser atrativo", pelo que os investimentos planeados devem manter-se.

Págs. 4 e 5



### Editorial

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt



### (In)certezas para 2017

A vitória, inesperada para os americanos e, mais ainda, para os europeus, de Donald Trump nos Estados Unidos em novembro, e as incertezas quanto às eleições em França e na Alemanha em 2017, ditarão, no plano internacional, o nível de segurança, assertividade e de conforto com que se irão mover as empresas portuguesas no exterior, nomeadamente as do agroalimentar com exportações em curso ou investimentos planeados para aquelas geografias. Em Portugal, apesar do impasse ainda não resolvido no sistema financeiro que dá pelo nome de Caixa Geral de Depósitos, o quadro político parece estável. E o Presidente da República segue cúmplice com a atuação do Governo.

O Orçamento do Estado para 2017 foi esta semana aprovado em votação final global na Assembleia da República, com os votos favoráveis do PS, BE, PCP, PEV e PAN e os votos contra do PSD e do CDS, pelo que, a menos que algum sobressalto político ou financeiro de maior venha a assolar o país nos próximos meses, há condições de governabilidade e de estabilidade para o próximo ano.

Também ao nível dos quadros comunitários de apoio ao país, depois das inseguranças normais(?) da fase de arranque, tudo parece encaminhar-se para a velocidade de cruzeiro. Portugal 2020, PDR 2020 e MAR 2020 estão em execução, ainda que os projetos sejam analisados lentamente e os apoios cheguem a passos lentos às empresas e aos investidores, com as consequências que isso traz para a concretização dos investimentos.

O setor agroalimentar nacional registou, ainda assim, bons desempenhos em 2015, nomeadamente nas exportações, e 2016, até ao primeiro semestre, não regista valores em baixa.

Esperamos pela execução final do ano e venha 2017!

### Destaques

Conferência sobre "O Futuro da Floresta em Portugal"

**É preciso massa crítica e dinamizar o tecido empresarial do setor florestal**

Págs. 2 e 3

Philippe Aghion, economista francês, deixa recados à UE em Bratislava

**"A Europa tem de fazer reformas estruturais"**

Pág. 6

FRANCISCO PAVÃO DIZ QUE "URGE COMBATER O MERCADO PARALELO" E "APOSTAR EM ESTRUTURAS DE REGADIO"

## Mercado paralelo do azeite em Trás-os-Montes vale 20% da produção

Pág. 7



PARTICIPANTES NA CONFERÊNCIA "VIDA ECONÔMICA" SOBRE "O FUTURO DA FLORESTA EM PORTUGAL" CONVERGEM

# É preciso massa crítica e dinamizar o tecido empresarial do setor florestal

O Governo tem em discussão pública até ao próximo mês de janeiro um conjunto de medidas legislativas que foram aprovadas em outubro num Conselho de Ministros extraordinário dedicado às florestas. Como forma de contribuir para este debate público, a "Vida Económica" organizou em Vila Real, na Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), uma conferência, a última do ciclo de 2016, subordinada ao tema: "O Futuro da Floresta em Portugal". E de lá saiu uma ideia essencial: "é preciso, para cada área, massa crítica, perceber quais são os negócios mais rentáveis" e "dinamizar o tecido empresarial", e "uma maior ligação à investigação nas universidades".



Da esquerda para a direita: Luís Lopes (Associação de Florestais da UTAD), Sara Pereira, diretora executiva da AIFF - Associação para a Competitividade das Indústrias da Fileira Florestal, José Martino, engenheiro agrônomo e CEO da Espaço Visual, Teresa Silveira, jornalista do jornal "Vida Económica" e editora do suplemento "AgroVida", Rosário Alves, diretora executiva da Forestis, e José Estima Reis - BSL, Comércio Internacional, S.A.

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

Artur Cristóvão, vice-reitor para o Planeamento, Estratégia e Organização da UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, acolheu a conferência da "Vida Económica" destinada a debater os desafios do setor florestal e fez questão de lembrar que a UTAD "há mais de 40 anos trabalha no apoio à floresta portuguesa". "Para além da formação, a nossa Universidade também aposta na investigação", disse o vice-reitor da UTAD, lamentando, ainda assim, "o decréscimo acentuado da procura pelos cursos de engenharia florestal".



Artur Cristóvão, vice-reitor para o Planeamento, Estratégia e Organização da UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro.

empresas dedicadas à gestão da floresta e com escalas comercialmente interessantes".

## Oportunidade de articulação do setor florestal e energético com os municípios

Dos 200 grandes projetos que a CGD analisou no seu Centro de Agronegócio desde que foi criado há cerca de dois anos, "há uma evidência muito maior para os da vertente agrícola, muito mais do que para os do setor florestal", diz Ravara, deixando claro que, para a CGD, "é absolutamente crítico que esses projetos apareçam em muito maior número e com valor". Deixou, aliás, um repto público: "o cadastro florestal é um esforço que tem de ser feito e que é o cerne do desenvolvimento deste setor", sen-

do que "a prioridade é que se criem condições para que comecem a aparecer entidades e

de reconhecimento das sociedades de gestão florestal, a aprovação de um regime es-

biomassa florestal, entre vários outros.

Rosário Alves, diretora executiva da Forestis, foi a terceira oradora da conferência organizada pela "Vida Económica". Enumerou os apoios públicos, no âmbito do PDR 2020 para o setor florestal, não deixando de lamentar que "os níveis de agrupamento são de grande complexidade", sendo "incompatíveis para a pequena propriedade". Aliás, fruto da dimensão das explorações florestais por regiões do país, das 168 candidaturas ao PDR 2020 já aprovadas "a região Norte é que a consegue captar menos fundos", ao contrário do Alentejo, que "tem maior capacidade de aproveitar os fundos e lidera". E lembrou que, "com a complexidade que há, os proprietários florestais só conseguirão ir buscar apoios se tiverem apoio contínuo".

A diretora executiva da Fo-

restis também abordou a questão do banco de terras público que o Governo quer criar, lembrando que, com a entrada em vigor da nova legislação, "o Estado vai ter um papel muito mais ativo" na gestão das terras. Por outro lado, vê com bons olhos "a oportunidade de articulação do setor florestal e energético com os municípios", o que, em sua opinião, "pode ser virtuoso". Daí a importância de haver "mais técnicos para ajudar a melhorar a produtividade e diminuir o risco".

## "Há uma grande distorção na distribuição da margem"

Na mesa redonda que se seguiu às primeiras intervenções, José Martino, engenheiro agrônomo e CEO da consultora Espaço Visual, lançou uma



Da esquerda para a direita: Luís Miguel Martins (UTAD), Filipe Ravara, diretor do Centro de Agronegócio da Caixa Geral de Depósitos (CGD) e Rosário Alves, diretora executiva da Forestis.

pergunta a abrir: "dos 472 milhões de euros que nos últimos anos foram aplicados no setor, o que é que isto fez do ponto de vista do negócio?". Aliás, deixou uma segunda questão: "se tivéssemos colocado 1000 milhões de euros, o que teria acontecido?".

José Martino não tem dúvidas: "fala-se de ordenamento florestal, mas temos de pensar que ordenamento queremos fazer" e "valia a pena parar para pensar quais são os interesses públicos e perceber onde está o negócio", pois essa, sim, é "a vertente-chave" do problema. É que, diz, "a floresta é um negócio" e "se para o proprietário florestal não houver rentabilidade vamos deixar de ter matéria-prima".

Rosário Alves, que também participou na mesa-redonda, replicou a José Martino, para dizer que "o negócio está no peso que a floresta dá para a economia nacional. E ela já representa "10% das exportações e 2% do PIB", englobadas as três vertentes da cortiça, do

**Das 168 candidaturas ao PDR 2020 já aprovadas "a região Norte é que a consegue captar menos fundos" para o setor florestal, ao contrário do Alentejo, que "tem maior capacidade de aproveitar os apoios e lidera"**

neste setor "há mais de 40 anos", o gestor falou justamente dos preços, afirmando que "há uma grande distorção na distribuição da margem", considerando lamentável que, "quando o país estava a arder no verão se tivessem baixado os preços da madeira".

Na sua opinião, "há que também investigar em que zonas do país há melhores condições para plantar" e que espécies escolher para investir, defendendo, assim, "uma maior ligação às universidades", a quem compete "fazer investigação". É que, diz, "neste país quem

reformazinhas". Por outro lado, a reforma que o Governo tem em curso envolve "demasiados diplomas e muito complexos", pelo que é difícil "comunicar" e "trabalhar estas temas".

Sara Pereira, diretora executiva da AIFF - Associação para a Competitividade das Indústrias da Fileira Florestal, falou da competitividade deste setor, afirmando que "a indústria tem tentado colaborar com a produção". No entanto, diz, "o setor tem de ser rentável em todos os elos da cadeia, de forma a podermos competir em mercados muito exigentes". A



Rosário Alves, diretora executiva da Forestis.

Na mesma linha, José Martino concluiu: "é preciso um choque incorporado". Em Portugal "existem muitos instrumentos de planeamento, temos todos estes instrumentos apresentados pelo Governo em discussão pública, mas tudo depende da forma como

vão ser geridos posteriormente", também estando tudo dependente dos "ciclos políticos". O engenheiro agrônomo não tem dúvidas: "a floresta tem recebido pouco dinheiro em função dos seus resultados e há oportunidade para mudar isto".

## Sociedades de Gestão Florestal com incentivos fiscais

**PROPOSTA DO GOVERNO** - Ficam isentos de IRC os rendimentos obtidos no âmbito da gestão de recursos florestais por Sociedades de Gestão Florestal (SGF), que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional, desde que as mesmas estejam submetidas a planos de gestão florestal, aprovados e executados de acordo com a regulamentação em vigor.

**PROPOSTA DO GOVERNO** - Para efeitos de determinação do lucro tributável dos sujeitos passivos de IRC e dos sujeitos passivos de IRS com contabilidade organizada que exerçam diretamente uma atividade económica de natureza silvícola ou florestal, as contribuições financeiras dos proprietários e produtores florestais aderentes a uma zona de intervenção florestal destinadas ao fundo comum constituído pela respetiva entidade gestora, bem como os encargos suportados com despesas com operações de defesa da floresta contra incêndios ou com a elaboração de planos de gestão florestal, conforme definidos por portaria conjunta dos membros do Governo responsáveis pela área das Finanças e das Florestas, são consideradas em 130 % do respetivo montante, contabilizado como gasto do exercício.

**PROPOSTA DO GOVERNO** - Os rendimentos referidos no número anterior, pagos ou colocados à disposição dos respetivos titulares, são sujeitos a retenção na fonte de IRS ou de IRC, à taxa de 10 %, exceto quando os titulares dos rendimentos sejam entidades isentas quanto aos rendimentos de capitais ou entidades não residentes sem estabelecimento estável em território português ao qual os rendimentos sejam imputáveis, excluindo:

- As entidades que sejam residentes em países, territórios ou regiões, sujeitos a um regime fiscal claramente mais favorável, constantes de lista aprovada por portaria do Ministro das Finanças;
- As entidades não residentes detidas, direta ou indiretamente, em mais de 25 % por entidades residentes.



pinho e do eucalipto.

Defendeu, assim, o desenvolvimento do mercado do carbono e deixou um alerta: "não existe negócio sem o controlo do risco", pelo que "é preciso controlar pragas, incêndios e os preços do mercado".

José Estima Reis, CEO da empresa BSL, Comércio Internacional, também interveio na mesa redonda sobre o crescimento do setor florestal em Portugal. Do alto da experiência de quem entrou a trabalhar

faz investigação são as empresas, mas elas só investigam para as variedades que lhes convém".

Luís Lopes, da Associação de Florestais da UTAD, respondeu a Estima Reis. Começou por dizer que "a floresta precisa de uma revolução e que se não metermos engenheiros florestais a trabalhar na floresta e a trabalhar diretamente com os proprietários estamos mal". Para Luís Lopes, "estamos numa crise de valores e isto não vai lá com

diretora executiva da AIFF realçou que "nós concorremos no mundo, não só em Portugal, e a concorrência é muito exigente".

É, pois, "preciso criar massa crítica, trabalhar para nos organizarmos mais e melhor", sempre "com as universidades à frente" a investigar. "É preciso mais organização da produção, mais investigação universitária, mais e melhor massa crítica para melhorar o desempenho do setor", diz Sara Pereira.

ESPECIALISTAS ACONSELHAM AS EMPRESAS AGROINDUSTRIAS A AGUARDAREM POR "SINAIS MAIS CONCRETOS"

# EUA: empresas devem manter investimentos mas com cautelas

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

O resultado das eleições americanas de há um mês, que ditou a vitória de Donald Trump e que o conduzirá a 45º presidente dos Estados Unidos com os republicanos a ganharem também o Senado e a Câmara dos Representantes, deixou o mundo perplexo.

Nos últimos cinco anos, as exportações portuguesas para os EUA cresceram 14,8%, segundo o INE, tendo passado de 1496 mil milhões de euros em 2011 para mais de 2567 mil milhões em 2015. Este foi, aliás, o maior destino das exportações nacionais fora da UE.

Na verdade, os EUA são o terceiro maior país do mundo e a maior economia a nível mundial, ainda que a China deva ultrapassar-os e manter a liderança até 2050, de acordo com o relatório publicado pelo

**As exportações portuguesas para os EUA cresceram 14,8%, segundo o INE, tendo passado de 1496 mil milhões de euros em 2011 para mais de 2567 mil milhões em 2015**

The Economist Intelligence Unit (EIU) em meados de 2015.

Com um número de habitantes que representa aproximadamente 4,4% da população mundial, é o quarto país mais populoso a nível mundial. Desempenha um papel fundamental nas relações comerciais internacionais, ocupando o segundo lugar no ranking de exportadores (depois da China), com 8,5% do valor global das exportações mundiais em 2014, e o primeiro lugar no ranking de importadores, respondendo por 12,6% das importações

mundiais, segundo a última ficha de mercado da AICEP.

Ao nível da agricultura, o país está entre os maiores produtores mundiais de milho, trigo, açúcar e tabaco. Em termos de recursos naturais, os EUA contam com grandes depósitos de ouro, petróleo, carvão (que representam 27% das reservas mundiais totais) e urânio. A indústria americana é diversificada, destacando-se a produção de automóveis, aviões, produtos eletrónicos, tendo a indústria agroalimentar igualmente grande pujança. Não foi, aliás, ao acaso que ainda em setembro último a Associação Empresarial de Portugal (AEP) liderou uma missão empresarial ao país, privilegiando as empresas do têxtil e da indústria agroalimentar, todas à procura de novas oportunidades de negócio.

Numa nota então enviada à "Vida Económica", a AEP salientava, através de Mónica Moreira, diretora da para a internacionalização, estrutura que operacionaliza o programa associativo 'Business on the way 2016', que "os indicadores económicos mais recentes e as tendências de consumo tornaram os EUA num mercado apetecível para as empresas portuguesas que produzem com qualidade e têm um posicionamento 'premium'".

No entanto, e apesar de as exportações terem atingido 2567 mil milhões de euros o ano passado, os dados do primeiro semestre de 2016 mostram que as vendas globais portuguesas para o mercado norte-americano caíram 6,7% face ao mesmo período do ano passado, baixando de 1255 mil milhões de euros para 1170 milhões.

## "Isolamento, pelo menos nos primeiros dois anos"

A juntar a isso, a vitória – inesperada, ou talvez não – do republicano Donald Trump nas eleições americanas desencadeou uma onda de turbulência entre analistas, economistas, investidores e instituições financeiras de todo o mundo, nomeadamente na Europa e às quais Portugal não é alheio.

A simples incerteza do que



Donald Trump, presidente eleito dos Estados Unidos.

Trump vai ou não conseguir concretizar face às promessas eleitorais – erguer um muro na fronteira com o México, execu-

tar uma deportação em massa de entre dois a três milhões de imigrantes ilegais e aumentar o protecionismo comercial, por

## "As empresas deverão manter as dinâmicas alcançadas"

"Para já fica, efetivamente, a dúvida sobre a evolução das negociações em torno da Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento (TTIP), acordo que, durante a campanha, Trump colocou em causa e que pode agora sofrer profundas alterações de rumo ou ver colocadas em cima da mesa condições inaceitáveis para a Europa", afirma Jorge Tomás Henriques à "Vida Económica".

Por outro lado, diz o presidente da FIPA, "está em causa o crescimento de uma onda de protecionismo que pode vir a dificultar a entrada de produtos nos EUA". Sabemos, no entanto, que "algumas das ameaças feitas durante a campanha estão agora a ser contadas de outra forma". Assim, "por agora, as empresas deverão manter as dinâmicas alcançadas, estando, ainda assim, atentas à evolução da política interna e externa dos EUA, para que se possam concluir sobre os efeitos após a tomada de posse de Trump".

O gestor e presidente da FIPA lembra que "os EUA representam cerca de 2,7% das exportações da fileira agroalimentar, tendo atingido no final do ano passado 150 milhões de euros". Acrescenta ainda que, "até julho deste ano registava-se um crescimento de 3,6% face ao período homólogo de 2015", o que nos faz acreditar que se trata de "um mercado atrativo". Agora, avisa Jorge Henriques, "a complexidade do momento político deve despertar maior cautelas, em particular com as barreiras tarifárias ou não tarifárias que venham a ser introduzidas".

Jorge Tomás Henriques, Presidente da FIPA - Federação das Indústrias Portuguesas Agroalimentares



## "A vitória de Trump traz grande incerteza"

"A vitória de Trump traz-nos grande incerteza quanto às relações comerciais dos EUA com o resto do mundo", começa por dizer Ana Teresa Lehmann, especialista em internacionalização e docente convidada de diversas universidades estrangeiras. A também diretora da InvestPorto refere que, "em particular durante a campanha eleitoral, Trump prometeu renegociar ou abandonar tratados como NAFTA ou TPP", assim como "levantar tarifas relativamente a importações provenientes de países como a China e o México". Ora, "isto acontece num quadro de uma evolução de cerca de sete décadas de negociações no âmbito do GATT e da OMC, em que as tarifas foram substancialmente reduzidas".

E todos sabem que, "em termos económicos, as tarifas levam quase sempre à redução do bem estar global do país que as aplica, sendo particularmente penalizadoras para os consumidores, favorecendo os produtores concorrentes das importações, que produzem de forma menos eficiente que os produtores do resto do Mundo". Além disso, explica Ana Lehmann, "os países exportadores poderão retaliar e anular os efeitos das tarifas, gerando uma guerra comercial com efeitos indesejáveis, não só económicos, como políticos". Este é, pois, "um tema muito sério", avisa a diretora da InvestPorto, notando que, "acessar com o espectro do protecionismo é preocupante". Tanto mais porque "o Presidente dos EUA tem consideráveis poderes se pretender erguer barreiras ao comércio".

Contudo, diz Ana Lehmann, "nesta matéria como em outras, ainda não sabemos se a prática do presidente Trump vai refletir as promessas bombásticas e polémicas do candidato". Ainda assim, "do ponto de vista das empresas agroindustriais portuguesas, eu optaria por aguardar sinais mais concretos". Neste momento, "está tudo em aberto e não creio que seja avisado tomar decisões sem ter mais informação".

## "O mercado americano continua a ser atrativo"

Em todo o caso, "se a decisão for investir nos EUA, sobretudo para abastecer esse mercado - ou mesmo o canadiano -, não me parece que vá haver grande mudança". É, aliás, "possível inclusive que baixem os impostos", diz. O problema, conclui a docente da PBS, "estará mais ao nível do comércio com países como a China e México". "Em todo o caso, eu aguardaria".

Questionada ainda sobre se o mercado americano continua a ser atrativo para as exportações de produtos agroalimentares portugueses, Ana Lehmann é otimista. "Creio que sim, sobretudo produtos de nicho de elevada qualidade". Razão por que não lhe parece "que as exportações da UE, Portugal compreendido, sejam passíveis de ser grandemente visadas pelas políticas pretensamente isolacionistas de Trump".

A UE é "o maior bloco comercial do mundo", lembra esta especialista em internacionalização. E sabendo que "Trump é imprevisível", "se eu fosse exportador português, sensibilizava a UE, porque no âmbito das negociações comerciais no contexto da OMC, quem negocia é a UE, como um bloco, e não Portugal". Em suma, "temos de esperar para ver".

Ana Teresa Lehmann, diretora da InvestPorto, docente da Porto Business School (PBS) e especialista em internacionalização



# Associação Empresarial de Amarante premeia empreendedores do agroalimentar



Luís Miguel Ribeiro, presidente da Associação Empresarial de Amarante (AEA).

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Associação Empresarial de Amarante (AEA) apresentou esta semana o Plano de crescimento para o setor agroalimentar do Baixo Tâmega. O diagnóstico prospetivo das condições de desenvolvimento e crescimento do agroalimentar na região vai decorrer até maio de 2017 e será financiado com 420 mil euros no âmbito do Norte 2020. A elaboração de uma plataforma eletrónica de difusão de conhecimento e de trabalho colaborativo, que será concretizada até maio de 2018, receberá um apoio público de 350 mil euros. A publicação de fichas técnicas temáticas com base nos resultados do estudo deverá ser conhecida em julho do próximo ano.

Em declarações à "Vida Económica", Luís Miguel Ribeiro, presidente da AEA, explica que "o agroalimentar, sobretudo em territórios como o do Baixo Tâmega, pode e deve ter um peso cada vez maior na atividade empresarial e, conjugar todos os fatores".

Por outro lado, a AEA quer "estimular o aparecimento de novos empreendedores no agroalimentar" na região. Para isso, diz Luís Miguel Ribeiro, "vamos ter um prémio para seis empreendedores no valor de cinco mil euros para estimular o surgimento de 'startups' nesta área e para a região do Baixo Tâmega, envolvendo os concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Celorico de Basto".

De acordo com um primeiro documento de diagnóstico enviado à "Vida Económica", nos quatro concelhos do Alto Tâmega há 121 empresas registadas a operar no setor agroalimentar, empregando 842 pessoas.

evolução em termos do número de pessoas que estão a produzir, assim como "no setor do pão e dos enchidos". Ou seja, "neste momento sente-se que o setor primário, o agrorural, é uma opção para muitos novos investimentos".

Luís Miguel Ribeiro tem a noção de que o setor agroalimentar nestes quatro concelhos ainda está "a dar os primeiros passos e que os projetos na área rural do agroalimentar demoram algum tempo a produzir efeitos". Na verdade, "passamos de uma fase em que as pessoas foram para a agricultura por moda, era muito giro, a uma fase em que a triagem já foi feita e os que lá estão é por opção, porque querem estar e acreditam nos seus projetos". O passo seguinte é, pois, "pegar nos recursos endógenos do território, naquilo que nos diferencia e temos para oferecer e nestas pessoas que estão cada vez mais na atividade empresarial e, conjugar todos os fatores".

Por outro lado, a AEA quer "estimular o aparecimento de novos empreendedores no agroalimentar" na região. Para isso, diz Luís Miguel Ribeiro, "vamos ter um prémio para seis empreendedores no valor de cinco mil euros para estimular o surgimento de 'startups' nesta área e para a região do Baixo Tâmega, envolvendo os concelhos de Amarante, Baião, Marco de Canaveses e Celorico de Basto".

De acordo com um primeiro documento de diagnóstico enviado à "Vida Económica", nos quatro concelhos do Alto Tâmega há 121 empresas registadas a operar no setor agroalimentar, empregando 842 pessoas.

## "A morte do TTIP até pode ser positiva"

Na resposta à pergunta 'face ao resultado das eleições americanas, como devem as empresas posicionar-se perante o mercado dos EUA?', "há que pensar nas 100 ações mas, também, no que pode advir da tendência protecionista, que é mais o domínio da hipótese", afirma José Diogo Albuquerque à "Vida Económica".

Para o ex-secretário de Estado da Agricultura, "as ações anunciadas pelo Trump, de momento, não têm um impacto direto nas exportações agroalimentares portuguesas". Aliás, diz, "uma das ações anunciadas - a morte do acordo de comércio livre na zona do Pacífico, o TTIP, (Trans-Pacific Partnership), até pode ser positiva, uma vez que vai retirar concorrência no mercado norte-americano". O TTIP, acrescenta, "traria uma remoção das barreiras comerciais, mas não nos setores que exportamos, como vinho, azeite ou frutas, em que já não existem grandes tarifas à importação". Assim, "os eventuais e difíceis ganhos seriam mais ao nível das denominações de origem e barreiras regulatórias e administrativas".

Por outro lado, diz o ex-governante, "não haver acordo no TTIP deixará mais descansado o tomate de indústria, setor que nos é estratégico. O segundo cenário, também no domínio da hipótese, será a criação de eventuais medidas protecionistas e de um

'Farm Bill' mais enriquecido, uma vez que já está demonstrado que o mundo rural americano ajudou o Trump a ser eleito e ganhará capital de força junto da Casa Branca".

A verdade é que "nós não concorreremos diretamente com os produtos de exportação dos EUA como as 'commodities' trigo e milho", mas, "ainda assim, depois do embargo russo, do 'brexit' e do próprio Trump, temos de estar preparados para tudo". Em resumo, diz Albuquerque, e ao estilo americano: "stick to the plan, but watch your back".

José Diogo Albuquerque, ex-secretário de Estado da Agricultura





PHILIPPE AGHION, ECONOMISTA FRANCÊS, DEIXA RECADOS À UE EM BRATISLAVA

# “A Europa tem de fazer reformas estruturais”

“Os países da Europa têm de fazer o trabalho de casa” e fazer o trabalho de casa significa “fazer reformas estruturais e apostar na inovação”. A Europa precisa de “mais flexibilidade, temos de ser mais proativos e as mudanças devem ser encorajadas, através de políticas mais amigas da competitividade”.

Esta foi uma das mensagens transmitidas pelo reputado economista francês e ex-secretário do Tesouro na segunda administração Clinton, Philippe Aghion, convidado pela Comissão Europeia a proferir uma palestra no âmbito da Assembleia das PME, que teve lugar na última semana, em Bratislava.



Philippe Aghion, ex-secretário do Tesouro na segunda administração Clinton e docente da Universidade de Harvard.

TERESA SILVEIRA, EM BRATISLAVA\*  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A Assembleia das PME é o evento mais significativo para pequenas e médias empresas na Europa. Tem lugar anualmente no final do ano, na capital do país que assume a presidência da UE no segundo semestre. Philippe Aghion, convidado a proferir uma palestra para uma plateia de convidados selecionados, alguns jornalistas incluídos, fez questão de apontar aos responsáveis europeus quais são, em sua opinião, os grandes

enigmas do crescimento na Europa e que lições há tirar até a partir do mercado americano.

O ex-secretário de Estado do Tesouro de Clinton falou na necessidade de “inovação na Europa” e de “adaptação às reformas”, afirmando que, “se quisermos retomar a ideia da Europa, temos de a exportar para o exterior”, quando falamos do desempenho da UE no mercado global. “É preciso inovação para o crescimento a longo prazo”, porque a acumulação de capital, só por si, “não dará crescimento a longo prazo”.

Aghion frisou também a im-

portância do “investimento no ensino graduado e pós-graduado” – “todos deviam ter formação superior”, pois só essa qualificação lhes dá “mais possibilidades de conseguirem um novo trabalho se perderem o emprego”, disse –, numa maior “aproximação às universidades e à economia do conhecimento” e na “liberalização do mercado de trabalho”. Para além de uma aposta em fontes diversificadas de financiamento, como os fundos de ‘private equity’, os ‘business angels’, ‘crowdfunding’ ou o chamado mercado de capitais.

A diversificação das fontes de

financiamento para as empresas é, por sinal, um dos desafios já lançados pela Comissão Europeia, mas que ainda tarda a concretizar-se. Por ocasião do discurso sobre o Estado da União de 2016, a meados de setembro, o presidente, Jean-Claude Juncker, apresentou várias medidas da Comissão tendentes a acelerar a realização da União dos Mercados de Capitais (UMC), com vista a impulsionar o emprego e o crescimento na Europa.

**“Um mercado de trabalho mais flexível mas, ao mesmo tempo, mais seguro”**

Abordado pela “Vida Económica” à margem da palestra, Philippe Aghion reiterou as ideias da sua intervenção. E quando instado a dar um conselho prático à Comissão Europeia sobre como impulsionar o crescimento e a inovação, o economista foi claro: “trabalhem com as universidades e promovam a economia do conhecimento, que é muito importante”. Em segundo lugar, disse, “é preciso implementar reformas estruturais e trabalhar para um mercado de trabalho mais flexível mas, ao mesmo tempo, mais seguro,

que preserve a economia e os postos de trabalho”. Para Philippe Aghion não há dúvidas: “a Europa precisa de inovação, de reformas estruturais e de políticas macroeconómicas que suportem essas reformas”.

A “Vida Económica” também questionou Philippe Aghion sobre o acesso ao financiamento por parte das PME. O economista reitera que esse “continua a ser um problema muito importante”, mas que é necessário “ajudar os bancos a limpar os seus passivos, nomeadamente em Itália, que precisa de ajuda”. Por outro lado, “é preciso desenvolver o mercado de capitais, através de ‘business angels’ e de fundos de ‘private equity’”. E “compete à Comissão Europeia ajudar a desenvolver esses mecanismos”.

Por último, o economista francês lembrou que a Europa também deve tirar algumas lições do mercado americano, que considera ter coisas que vários países europeus não têm. “Primeiro, eles têm uma política macroeconómica mais proativa e nós devemos aprender com os Estados Unidos os princípios macroeconómicos de incentivo à proatividade”, assim como do “mercado flexível”, concluiu.

\* A jornalista viajou a convite da Comissão Europeia.

## PME criam 33 mil novos postos de trabalho até 2017

TERESA SILVEIRA, EM BRATISLAVA\*  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

As 23 milhões de PME da União Europeia (UE28) tiveram “um bom desempenho durante o ano de 2015 em quase todos os Estados-membros”, de acordo com relatório anual das PME divulgado na última semana, em Bratislava. Em 2015, o valor acrescentado das PME aumentou em todos os Estados (5,7% em 2015, em média, face a 3,8% em 2014), com exceção de dois, e o emprego cresceu em 27 dos 28 países (1,5% em 2015, em média, face a 1,1% em 2014).

Em Portugal, as PME representam mais de dois terços do valor acrescentado total (contra uma média de 57% na UE) e quase quatro em cada cinco postos de trabalho (contra dois em cada três postos de trabalho na UE em média). O valor acrescentado gerado em 2015 foi de 5,2% e o emprego cresceu 2,4% entre as PME.

De acordo com as previsões da Comissão, em matéria de criação de emprego, a projecção para a UE28 é mais baixa



Costas Andropoulos, chefe de Unidade da Direção-Geral do Mercado Interno, da Indústria, do Emprego e das PME (DG Grow).

face a 2015 (1,1% para 2016 e para 2017 face aos 1,5% de 2015), assim como em relação à criação de valor (2,7% para 2016 e 4,0% para 2017, contra 5,7% em 2015). Deverão ser criados 33 mil novos postos de trabalho no período 2015-2017. Para Portugal, os números são mais animadores (1,5% na criação de

emprego face aos 2,4% de 2015 e 6,8% na criação de valor face aos 5,2% de 2015).

Ciente de que, ainda assim, as taxas de crescimento estão aquém do necessário, a Comissão Europeia lançou na última semana a iniciativa ‘start-up and scale-up’, com o objetivo de incentivar a aposta em novos

projetos. Envolve medidas de simplificação e uniformização tributária, simplificação da legislação de insolvência e um maior incentivo aos financiamentos através de capital de risco.

Em matéria de insolvência, foi apresentada uma nova diretiva sobre insolvências que visa dar uma segunda oportunidade aos empresários sérios cujos projetos não vingaram, prevenindo reestruturações das empresas em fases precoces e a exoneração de dívidas por um período máximo de três anos. Na sessão de apresentação do relatório anual das PME foi estimado que um encurtamento para três anos desse regresso à vida empresarial poderia gerar 2376 mil postos de trabalho na UE28.

**“Fontes alternativas de financiamento bastante subdesenvolvidas”**

A Comissão também está empenhada na implementação do ‘Small Business Act’ (SBA) para a Europa (SBA), sendo que, em

Portugal, diz, o SBA “é sólido e está em linha com a média da UE”. A Comissão refere até que a pontuação do país em matéria de empreendedorismo “está entre as melhores da UE”, embora quanto a auxílios estatais e contratos públicos e acesso ao financiamento continue na média da UE.

As prioridades das políticas para as PME devem passar, segundo a Comissão Europeia, por “fontes alternativas de financiamento” (‘private equity’, capital de risco, ‘crowdfunding’ e ‘business angels’), fontes essas que ainda “permanecem marginais e bastante subdesenvolvidas” em Portugal.

Por fim, os atrasos de pagamento, que “continuam a constituir um problema grave para as PME, em particular as que pretendem participar nos contratos públicos”. É, pois, “necessário aumentar a transparência e a eficiência das parcerias e concessões públicas privadas, nomeadamente a nível local e regional”.

\* A jornalista viajou a convite da Comissão Europeia.

FRANCISCO PAVÃO DIZ QUE "URGE COMBATER O MERCADO PARALELO" E "APOSTAR EM ESTRUTURAS DE REGADIO"

# Mercado paralelo do azeite em Trás-os-Montes vale 20% da produção

TERESA SILVEIRA

teresasilveira@vidaeconomica.pt

As estimativas publicadas no último mês pelo Copa-Cogeca, organismo que agrupa as associações e cooperativas agrícolas da União Europeia, preveem uma forte queda, superior a 10%, da produção de azeite na Europa para a campanha 2016/2017, em comparação com a de 2015/2016. As razões prendem-se com as condições meteorológicas adversas e os ataques de pragas e doenças ao olival. Para Portugal, as previsões referem uma forte redução, de 20% a 30%, até às 90 mil toneladas.

A "Vida Económica" visitou há dias a Casa de Santo Amaro, em Mirandela, uma marca reconhecida pelo azeite de superior qualidade que produz a partir de um olival com 160 hectares. Detém lagar e engarrafadora própria e presta consultoria e serviços a diversos olivicultores. Opera quase exclusivamente na linha dos azeites 'premium', que estão, aliás, entre os mais premiados do mundo em 2015.

Francisco Pavão, administrador, e que nos conduziu na visita, é licenciado em agronomia, com doutoramento em azeite e um profundo conhecedor deste setor. E faz a sua própria análise à produção em Portugal, estimando "uma redução de cerca de 10%", sendo que, em Trás-os-Montes, diz, essa baixa pode ir aos "15% a 20%" e, no Douro, "até aos 40%".

"As oscilações de temperaturas, as condições de seca extrema, dado que 2015 foi um dos anos mais quentes de sempre, agravaram as condições de avingamento da azeitona", diz Francisco Pavão à "Vida Económica", lamentando o facto de não haver "regadio que possa atenuar os efeitos climáti-

cos", ao contrário do que sucede, por exemplo, no Alentejo com o Alqueva.

## "Temos de fazer uma grande aposta no regadio"

Esse é, aliás, um dos maiores reptos que este especialista em azeite deixa ao país e ao Governo: "temos de fazer uma grande aposta no regadio, com a criação de estruturas, com a aposta na modernização dos perímetros de rega já existentes, encontrando soluções entre o Ministério da Agricultura e as comunidades intermunicipais (CIM) da região para planear estas estruturas, nomeadamente através de sistemas de bombagem dos rios, por exemplo". Tudo isto, diz, deveria passar pela "criação de um plano de regadio para Trás-os-Montes".

Há, no entanto, em paralelo mais duas frentes de trabalho nas quais o país deveria apostar: "o mercado paralelo, que urge combater" e a "educação para o azeite e o consumo de produtos tradicionais". Francisco Pavão está muito preocupado com o mercado paralelo do



Francisco Pavão, Casa de Santo Amaro, Mirandela.

azeite que, "na região de Trás-os-Montes, deve valer 20% da produção do mercado", à custa da comercialização de "azeite caseiro sem rótulo e sem fatura".

Por isso, "urge combater o mercado paralelo", sendo necessário "educar para o consumo de azeite e dos produtos tradicionais". Francisco Pavão diz

que há que também "educar o consumidor para o consumo de azeite nas escolas e na gastronomia". "Temos de dizer os consumidores que há produtos de excelência, que cumprem todos os critérios legais e requisitos higiénico-sanitários e que as pessoas, quando compram produtos sem rótulo, não sabem o que estão a comprar".

Este especialista reconhece que "cabe à produção" apostar neste papel de divulgação e de educação para o consumo, mas que "também cabe às confederações, à Interprofissional do Azeite – aprovada em 2016 e que espero que arranque – assim como à comunicação social promover este setor".

**Espanha com quebra de 7%, França e Itália com 30%**

Questionado pela "Vida Económica" sobre se, fruto das quebras de produção, os preços do azeite vão disparar, Francisco Pavão ainda não tem certezas.

"Estamos muito dependentes da produção espanhola", que produz "18% do azeite mundial" e que, nesta campanha, deverá sofrer "uma redução de 7%". "Espanha está no início da campanha e a previsão de produção foi revista em baixa", diz Pavão.

Este cenário, refere o presidente do grupo de trabalho "Azeite" do Copa-Cogeca, deve-se a uma primavera fria e chuvosa, que limitou a o florescimento da cultura em vários países da Europa, seguida de um período que impediu o desenvolvimento do fruto e originou a perda de rendimento.

Em França, as estimativas apontam para uma redução da produção de 30%, de 5561 toneladas em 2015/2016 e 3700 em 2016/2017, sobretudo devido à seca e aos ataques da mosca. Em Itália, prevê-se uma forte redução da produção, de 475 mil toneladas para 298 mil, devido a incidências climáticas e à mosca, segundo estimativas publicadas no último mês pelo Copa-Cogeca. De acordo com a mesma fonte, Espanha espera baixa em cerca de 1317 milhões de toneladas (7%). A qualidade, diz a Copa-Cogeca, "é boa, com muitas variedades de azeite virgem, mas ainda depende muito das condições meteorológicas durante a colheita".

No Chipre, prevê-se uma diminuição da produção de 6900 toneladas para 5800 toneladas. Na Grécia espera-se um ligeiro aumento, até às 290 mil toneladas.

Na vertente comercial, de acordo com a Copa-Cogeca, as importações reduziram 55% em 2015/2016 e as exportações aumentaram 11%.



SOLUÇÕES SGS  
PARA A AGRICULTURA

ANÁLISES LABORATORIAIS

- Solos
- Águas
- Fólias e raízes
- Produtos Alimentares

AGRICULTURA DE PRECISÃO

- Fertirrega
- Mapeamento de solos

CERTIFICAÇÃO

- Modo de Produção Integrado
- GlobalG.A.P.
- Modo de Produção Biológico
- Sistemas de Gestão

FORMAÇÃO SGS ACADEMY®

- Distribuição, venda e aplicação de produtos fitofarmacêuticos
- Produção agrícola sustentável
- Mecanização agrícola e condução de veículos agrícolas
- Boas práticas de higiene e segurança alimentar
- Modo de Produção Biológico



WWW.SGS.PT



SGSMULTILAB.PT



SGSSACADEMY.PT



SGS2020.PT

SGS PORTUGAL  
T.: 808 200 747\*  
E.: pt.info@sgs.com  
\*de seg. a sex. das 9h às 18h

SGS



# Empresários da Beira Baixa em missão ao Chile e Argentina

TERESA SILVEIRA  
teresasilveira@vidaeconomica.pt

A InovCluster – Associação do Cluster Agroindustrial do Centro organizou uma missão

empresarial ao Chile e à Argentina, que decorreu entre os dias 18 e 25 de novembro. Esta estrutura tem vindo a apostar na “identificação de novos mercados e oportuni-

des de negócio com o objetivo de apoiar as empresas no seu processo de diversificação de mercados”.

Esta missão foi concretizada em parceria entre a ACI-

CB – Associação Comercial e Empresarial da Beira Baixa, a InovCluster e a Câmara de Castelo Branco. Contou com a participação de 23 empresas oriundas da região da Beira

PUB



Cláudia Domingues Soares, diretora executiva da InovCluster.

Baixa, o Presidente da Direção da ACICB, e representantes da Câmara Municipal de Castelo Branco e da InovCluster.

No Chile, a comitiva portuguesa foi recebida pelo embaixador de Portugal no país, António Luíz Cotrim, tendo este “manifestado plena disponibilidade no apoio às empresas portuguesas e no seu processo de internacionalização”.

“A economia chilena registou uma performance assinalável nas últimas décadas graças a seus baixos índices de dívida pública e a uma política macroeconómica sólida”, refere a InovCluster numa nota enviada à “Vida Económica”. O país foi apresentado aos empresários pela InvestChile - Agência dedicada à promoção de investimentos estrangeiros. As empresas tiveram ainda a oportunidade de reunir com os responsáveis de órgãos institucionais chilenos, como o ministro das Obras Públicas e Infra-estruturas, Alberto Underraga Vicuna.

Para além disso, houve ainda a oportunidade de “trocar impressões com várias empresas chilenas num almoço de ‘networking’ organizado pela InovCluster e a ACICB”, contando ainda com a presença da Embaixada de Portugal no Chile.

Numa segunda fase, a comitiva seguiu para Buenos Aires, na Argentina, onde, além das reuniões bilaterais, foram estabelecidos contactos com a Embaixada de Portugal na Argentina, tendo sido realizada uma apresentação do mercado da Argentina pelo embaixador de Portugal na Argentina, Henrique Borges, e com a comunidade portuguesa.

A InovCluster, situada em Castelo Branco, agrega 148 Associados, entre os quais 110 empresas, 17 Associações/cooperativas, sete instituições de ensino superior, sete municípios e sete instituições de I&DT.

**Ciclo de Conferências**

## VITIVINICULTURA

**18** /03 Valpaços **EVENTO REALIZADO** Trás-os-Montes: Ribera del Duero  
Valpaços - Av. Eng.º Luís de Castro Saraiva, 5430 Valpaços

**20** /06 Arcos de Valdevez **EVENTO REALIZADO** Vinhos V do Mundo

**15** /09 Porto **EVENTO REALIZADO** O enoturismo dos vinhos e a estratégia de Porto

**07** /12 Viseu **EVENTO REALIZADO** Dão: Berço da Touriga Nacional

**Informações | Inscrições**  
<http://www.vidaeconomica.pt>  
email: [heldermarkes@vidaeconomica.pt](mailto:heldermarkes@vidaeconomica.pt)

Entrada gratuita, mediante inscrição prévia e limitada aos lugares disponíveis.

ORGANIZAÇÃO:

VidaEconómica GRUPO EDITORIAL

PATROCINADORES:

